

O NOVO PERFIL ECONÔMICO DO PARANÁ

*Francisco de Borja Baptista de Magalhães Filho**

O propósito deste trabalho é o de retratar o comportamento da economia paranaense ao longo dos últimos anos, procurando mostrar sua evolução no período e o estado em que se encontra neste início da última década do século. Ao final, será analisado como hoje essa economia se estrutura e se comporta de forma semelhante à dos outros estados da Região Sul.

Antes de iniciar o esboço do retrato, é preciso rememorar um pouco da história recente da economia paranaense.

A partir do início da década de 70, o Paraná passou por uma profunda e rápida transformação de sua economia.¹ Pelo impacto que representou, essa mudança só pode ser comparada à iniciada na década de 40, que transformou o Paraná no maior produtor brasileiro de café, ocupou a totalidade de seu território e fê-lo um dos principais pólos de atração dos fluxos da migração interna no Brasil, quadruplicando sua população em pouco mais de 20 anos.

Os problemas e os desafios dessa primeira grande mudança levaram, na década de 60, a um conjunto de ações e medidas por parte do Governo Estadual destinadas a consolidar esse novo perfil econômico e social e a criar instrumentos para integrar, diversificar e promover o crescimento da economia, principalmente após a clara perda de dinamismo da economia cafeeira, registrada já no início dessa década.

Essas ações e medidas, bem como políticas econômicas nacionais implantadas na mesma época, criaram as precondições para as grandes mudanças da década de 70, estimuladas, por sua vez, pelo crescimento acelerado da economia brasileira e por alterações conjunturais e estruturais do comércio internacional.

Alguns dados demonstram, com clareza, os efeitos dessas mudanças, delineando, ao mesmo tempo, os traços básicos do perfil do Paraná ao iniciar-se a década de 80.

Em primeiro lugar, o Estado passa a ser predominantemente urbano: dos 6,9 milhões de habitantes em 1970, 4,4 milhões viviam no campo; em 1980, esse número reduz-se para 3,1 milhões numa população de 7,6 milhões. Por outro lado, a taxa de crescimento demográfico sofreu queda significativa durante a década, para 0,97% anuais, índice não apenas muito inferior ao das três décadas anteriores, como bem inferior à taxa brasileira no período. O saldo migratório negativo que essa taxa evidencia é confirmado pelo fato de que, em 1980, 1,1 milhão de pessoas no restante do País declararam ter migrado do Paraná nos 10 anos anteriores, contra apenas 396 mil

* Professor da Universidade Federal do Paraná, ex-Secretário de Planejamento e Coordenador Geral e ex-Coordenador do Grupo MERCOSUL do Governo do Estado do Paraná

¹ Sobre esse processo de transformação há vários estudos, principalmente das equipes técnicas do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Este trabalho baseia-se principalmente em IPARDES, 1982, Magalhães Filho (1982) e Leão (1986)

residentes no Paraná vindos de outras unidades da Federação no mesmo período. O saldo populacional negativo decorrente das migrações do período pode ser estimado em algo no entorno de 1,3 milhão.

A mudança demográfica decorre, clara e principalmente, das transformações ocorridas na agricultura. Em 1970, o café ainda representava 27% da área cultivada; em 1981, caíra para 8,5%; no mesmo período, a área cultivada com os seis principais grãos (soja, milho, feijão, trigo, arroz e amendoim) passava de 61% para 85%.

Nesse período, a área total cultivada cresceu 11% (para os 12 principais produtos), a cultivada com grãos aumentou 54%; e a produção de grãos, 148%.

Essa expansão, obtida com uma intensa capitalização da atividade agrícola, repercute na estrutura social do campo. O número de estabelecimentos agrícolas reduziu-se em cerca de 15%, enquanto o de pessoas ocupadas na agricultura caiu em 27%. Mas o mais significativo é que, enquanto a ocupação total sofreu essa queda, o número de assalariados se elevou em 41%, passando de um quinto a um terço do total da ocupação rural, e o número de empregadores cresceu em 115%. Isso mostra um acelerado avanço da agricultura paranaense rumo ao predomínio de relações tipicamente capitalistas. As mudanças na agricultura, bem como a expansão do mercado nacional e de exportações, estimularam o crescimento industrial, principalmente no beneficiamento da soja, em atividades como a produção de máquinas e implementos agrícolas, corretivos de solos e fertilizantes, cimento e caminhões, assim como em ramos como o metal-mecânico, o de material elétrico e da indústria do fumo.

O crescimento industrial do Paraná traduz-se na elevação de sua participação relativa no setor industrial brasileiro, que passa de 2,96% em 1970 para 6,13% 10 anos depois (IPARDES, 1982, p.42).

Os dados sobre a composição do Produto Interno Bruto ratificam a expansão industrial. Em 1970, a agropecuária representava 25,6%, frente a 23,6% da indústria e 50,8% dos serviços. Em 1980, a agropecuária caiu para 19,4%, ultrapassada pela indústria, com 28,8%, e com os serviços representando 51,8% (VOLACO, 1991, p.1).

Mas os resultados mais elucidativos das mudanças por que passou a economia paranaense correspondem à evolução registrada na distribuição intersetorial do emprego. Em 1970, a População Economicamente Ativa correspondia a 33% do total, e sua distribuição era de 63% no Setor Primário, 10% no Setor Secundário (incluindo indústria, extração mineral, construção civil e serviços industriais de utilidade pública) e 27% no Setor Terciário.

Em 1980, não só a parcela economicamente ativa cresceu para 38%, como se reduziu a participação do Setor Primário no emprego para 41%, enquanto subiu a do Setor Secundário para 18%, e a do Setor Terciário, para 39%² (MAGALHÃES FILHO, 1982, p.8-9). Este é o Paraná de 1980, no início da "década perdida"; com uma estrutura de renda e emprego mais próxima da brasileira e mais integrada ao mercado nacional.

É a partir dessa realidade, recém-construída — ou, melhor dizendo, em construção — e até então pouco percebida e menos ainda incorporada pelo imaginário de seus sujeitos, que se deve e se pode começar a analisar o que ocorreu na década seguinte.

² Há 2% sem declaração.

De acordo com os dados disponíveis, e que serão analisados a seguir, o que se pode dizer é que essa nova realidade, ou nova estrutura, se consolidou nos anos posteriores.

Essa afirmação não é incorreta, porém não abrange o fenômeno no que ele tem de mais significativo. O processo de mudança da estrutura produtiva paranaense era um processo quantitativamente dinâmico. Quaisquer projeções que se fizessem com base nas séries de dados da década de 70 apontariam tendências de modificações quantitativas ainda mais profundas.

Isso não aconteceu. Em termos quantitativos, o processo como que parou, congelou-se como a imagem de cinema quando o projetor pára de rolar e se detém numa cena imóvel. Esse "congelamento", porém, oculta a mudança qualitativa do processo. Só isso pode explicar um crescimento anual do produto interno, na década de 80, de 5,7% ao ano, o dobro do brasileiro (2,8%). Ainda que a ritmo bem menor do que na década de 70 (crescimento anual do PIB à taxa de 13,0%), isso mostra que por trás do "congelamento" há outros tipos de mudanças em curso.

Mas vejamos, em primeiro lugar, os dados, a imagem, para depois entender as causas e as conseqüências.

Como ainda não há dados que permitam analisar a distribuição setorial do emprego, comecemos pelo PIB. Trabalhando sobre os dados da evolução do PIB por setor (IPARDES, 1992, p.7), pode-se estimar que, em 1992, a agropecuária atingiu 21,4%, contra 27,1% da indústria e 51,5% dos serviços. Praticamente o mesmo perfil setorial de 12 anos antes.

Por outro lado, a participação do Paraná no PIB do Brasil, que subiu de 5,7% em 1970 para 6,7% em 1980, caiu para 6,1% em 1990 (VOLACO, 1991, p.1).

O setor industrial manteve, aproximadamente, a mesma estrutura alcançada em 1980. A integração do setor industrial paranaense com a indústria nacional tornou-se mais clara, principalmente nas atividades que se implantaram ou se modernizaram no período anterior.

Em que pesem às especificidades desses segmentos no Estado, pode-se identificar essa dinâmica nos anos 80 como estreitamente vinculada à desses mesmos segmentos na indústria brasileira. Assim, observa-se forte dinamismo em gêneros como material elétrico e de comunicações (equipamento para tratamento de informações, transmissão, equipamentos eletrônicos e de comunicação), mecânica (mecânica leve e máquinas agrícolas), papel e papelão, química (álcool) e material de transporte (LEÃO, 1991, p.18).

Importante também é a adequação dos setores produtivos vinculados aos complexos agroindustriais e às novas condições apresentadas pelos mercados nacional e mundial. Sua estruturação, em termos qualitativos, mostra-se bastante diferenciada, ao final dos anos 80, em relação a processos produtivos, criação e diversificação de novos produtos, concentração e verticalização de plantas. Setorialmente, são mais relevantes os segmentos de carne (principalmente aves e carne industrializada), café solúvel, óleos vegetais, laticínios e fiação — este por força de um programa especial das cooperativas (LEÃO, 1991, p.19).

Mas é na agricultura que a consolidação ou congelamento do processo fica ainda mais nítido. Nas safras 1990/91 e 1991/92, a área cultivada (12 principais produtos) foi praticamente a mesma de 1980: em torno de 7,5 milhões de hectares. Nas safras citadas, a participação dos seis principais grãos manteve-se quase a mesma: 82% da

área cultivada e uma produção, respectivamente, de 10,7 e 13,0 milhões de toneladas, comparáveis com os 12 milhões de 1980.

Essa consolidação do processo de mudanças na agricultura traduziu-se nos primeiros resultados do censo demográfico, porém não com a intensidade que se esperava. A taxa anual de crescimento da população do Estado no período 1980-91, 0,9%, é ainda menor que a do decênio anterior, ainda que menos afastada da taxa nacional, permanecendo inferior a do Brasil. Isso significa que se pode estimar em cerca de 800 mil pessoas o saldo migratório negativo (SOARES, AZZOLINI, 1992, p.4). Ainda que menor do que o registro entre os dois censos anteriores, aponta, provavelmente, o fato de que a perda de dinamismo do processo de mudança ocorreu gradualmente ao longo dos primeiros anos da década de 80, podendo ser também explicada pelas características próprias a boa parte das migrações internas, que é a de etapas sucessivas. Só informações censitárias mais completas permitirão um aprofundamento desta análise ao nível explicativo necessário.

Este é o retrato. Tentemos identificar as causas e as conseqüências. Em primeiro lugar — e sem que caiba discuti-la no âmbito deste texto —, a perda de dinamismo da economia mundial, com os países capitalistas industriais crescendo a taxas no entorno da metade das atingidas na fase de prosperidade anterior.

Em segundo lugar, a perda de dinamismo do modelo de crescimento brasileiro — que também não cabe explicar aqui — e que, para efeito desta análise, é importante, principalmente pela estagnação ou redução do consumo interno e pela crise de financiamento do setor público, tanto a nível federal quanto dos estados.

Ainda que essas causas sejam, por si mesmas, fatores explicativos do "congelamento" do processo de mudança da economia paranaense, cumpre verificar como elas se manifestam no Estado.

O fato de a redução das taxas de crescimento dos macroagregados da economia ser menor no Paraná em comparação com o Brasil deve-se à maior participação das atividades agrícolas na composição de seu Produto. Apesar de apresentar taxas anuais negativas em cinco dos anos da década, o PIB da agropecuária paranaense recompôs-se rapidamente nos anos favoráveis (por razões de mercado ou de clima). Além disso, não só a demanda de alimentos foi menos afetada pela crise do que a de manufaturados, como o Produto do setor industrial do Estado foi em boa parte (pode-se estimar em torno de um terço) gerado por atividades agroindustriais.

Por outro lado, as exportações de produtos agroindustriais mantiveram, ao longo do período, níveis de dinamismo capazes de explicar parte do crescimento do produto agrícola.

Com efeito, enquanto as exportações paranaenses se mantiveram quase estacionárias ao longo da década, próximas aos US\$ 2 bilhões anuais, caindo a de produtos básicos (de 1,5 para US\$ 1,0 bilhão), a de manufaturados, em grande parte de origem agroindustrial, cresceu, significativamente, de 200 para US\$ 600 milhões (BR. Minist. Indús. Com. Tur. Sec. Com. Ext., 1993, p.3).

Isto posto, passemos à análise das conseqüências das mudanças qualitativas ocorridas no período.

Como na década anterior, essa nova configuração do processo de mudança centrou-se na agroindústria, refletindo-se nas atividades agrícolas e pecuárias que lhe fornecem a matéria-prima. Os agentes principais foram os que ganharam força no período anterior: cooperativas, grandes empresas e a burguesia rural. O apoio estatal

continua presente, mas tem seu papel enfraquecido pela crise financeira do setor público, e isso é válido tanto para o Governo Federal quanto para o Estadual.

Os complexos — ou cadeias — agroindustriais não só se diversificaram, como também concentraram seus investimentos nos estágios mais avançados, mais geradores de valor. Essa diversificação tem duas vertentes: de produtos, nos complexos já existentes, e do surgimento de novos complexos.

Isso significa não apenas a adoção de processos industriais com maior produtividade, como também a diversificação dos produtos em função do mercado consumidor, tanto nacional quanto estrangeiro.

Do lado da produção primária, o processo provoca elevação da produtividade da terra, melhoria da qualidade dos produtos e padronização da oferta, principalmente no crescente número de estabelecimentos que se vinculam, via contratos de fornecimento, com as empresas agroindustriais. A essas melhorias induzidas soma-se a continuidade, desde o início da década de 80, de programas de manejo e conservação de solos, implantados em termos de microbacias — que evitam a erosão e o desgaste das terras e introduzem novas técnicas de plantio e proteção das lavouras e que já cobrem cerca de dois terços das áreas cultivadas —, bem como de programas de eletrificação rural — que permitem a difusão de máquinas e equipamentos elétricos, que aumentam a produtividade das diversas atividades produtoras em pequenos e médios estabelecimentos e que já cobrem cerca da metade do número total de estabelecimentos rurais. Esses programas, concebidos e executados por organismos públicos estaduais, representam a principal contribuição estatal ao processo. Isso permitiu avanço significativo tanto na agroindústria quanto nas atividades primárias e a ela interligadas, em setores como os lácteos, carnes de aves e de suínos, a fiação de algodão, a indústria do couro, a produção e fiação da seda, a produção de maçãs e de uvas e a industrialização da mandioca, dentre outros.

Em resumo, já que não caberia uma análise pormenorizada das mudanças qualitativas ocorridas ao longo do último decênio, o que se pode concluir é que, impedidos de continuar a expandir-se com os mesmos padrões dos anos 70, devido às causas já mencionadas, os agentes dinâmicos que mudaram a fisionomia econômica do Paraná foram forçados a concentrar-se em elevar seus padrões de competitividade. Os que assim o fizeram mantiveram seu crescimento, capitalizando ainda mais a economia, gerando mais valor e conseguindo manter ou ampliar mercados nacionais e estrangeiros, adaptando-se a um panorama de redução de crescimento, crise e incerteza quanto ao comportamento futuro da economia.

Isso explica como a economia pôde crescer a 5,7% ao ano através das constantes flutuações da economia brasileira e como o produto agrícola pôde crescer 57% entre 1980 e 1989 sem que a área plantada e a quantidade produzida aumentassem significativamente. E explica também, pelo caráter cada vez mais capital-intensivo desse novo tipo de crescimento, por que o Estado continua como expulsor de população.

E as perspectivas?

No período recente, as políticas recessivas implantadas principalmente a partir de 1990 golpearam pesadamente a economia paranaense. Nesse ano, o PIB reduziu-se em 6,6%, com queda de 9,7% na agropecuária e de 5,8% na indústria de transformação. A recuperação, nos anos seguintes, ainda não atingiu, em qualquer dos setores, os níveis de 1989. Somente agora, pela análise dos dados do primeiro trimestre de 1993, é que se começa a antever taxas de crescimento capazes de levar à recuperação do patamar atingido há quatro anos (IPARDES, 1992, p.1-2).

A repetição de políticas recessivas com essa intensidade pode alterar as perspectivas, mas, se for excluída essa possibilidade e se acreditar numa próxima estabilização da economia brasileira, pode-se trabalhar com dois cenários: primeiro, uma crescente abertura do comércio mundial, com redução de tarifas, no modelo das propostas na Rodada Uruguai; ou uma exacerbação das posturas protecionistas dos países industrializados.

No primeiro caso, o processo de mudança da economia paranaense deve acelerar-se tanto quantitativa quanto qualitativamente. Frise-se que a maior competitividade atingida na última década representa uma possibilidade de expansão de exportações bem maior do que a criada nos anos 70. Os problemas aguçam-se-iam em termos do desemprego e da concentração fundiária, pois ambos voltariam a crescer.

No segundo caso, ou o crescimento se manteria lento, ou, com uma política econômica voltada para o mercado interno — que teria de ser comum aos países do MERCOSUL —, manter-se-ia o crescimento nos parâmetros da última década, com avanços em termos de produtividade e de competitividade (para penetrar em mercados externos mais protegidos). Mas haveria, necessariamente, um reordenamento de fatores para atender à demanda interna, o que possivelmente levaria à inclusão de outros produtos no setor mais dinâmico, alargando ainda mais o setor capitalista da agricultura e diversificando ainda mais a agroindústria.

Em ambos cenários, e partindo do MERCOSUL como dado, a posição geográfica do Paraná (compartilhada pela Região Sul como um todo, pela Mesopotâmia argentina, pelo Uruguai e pelo leste do Paraguai), na rota entre os dois grandes pólos industriais da América do Sul, permite antever um crescimento industrial diversificado, voltado principalmente para esses dois mercados, que podem modificar e ampliar de forma significativa sua base econômica nas próximas décadas.

Uma comprovação, tanto da maior competitividade adquirida na última década quanto das possibilidades criadas pelo MERCOSUL, é o rápido incremento da exportação do Paraná para os outros estados-membros. Entre 1991 e 1992, as exportações para os três elevaram-se em 57% (de US\$ 131 milhões a US\$ 228 milhões).

O maior aumento absoluto foi para a Argentina, de US\$ 61 milhões para US\$ 128 milhões, com um crescimento relativo de 110%, transformando-se esse país no quarto maior comprador de produtos paranaenses. Em termos relativos, o aumento maior deu-se nas exportações para o Uruguai, com um crescimento de 177% (de US\$ 17 milhões para US\$ 46 milhões). Ainda que no caso da Argentina o principal fator explicativo seja a política cambial do Governo Menen, o fato mostra a grande competitividade alcançada. Ressalte-se que crescimentos semelhantes ocorreram com as exportações do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (BR. Minist. Indus. Com. Tur. Secr. Com. Ext., 1993, p.44, 50, 54).

Como último tópico, vale verificar a inserção do Paraná no contexto da Região Sul.

Uma primeira conclusão é a de que tanto o processo de mudança quantitativa da década de 1970 quanto a fase de mudança qualitativa da última década recolocaram o Paraná no contexto econômico do Sul.

Criação e comércio de gado, produção de erva-mate e de madeira, excedentes agrícolas exportados para os mercados consumidores nacionais e atividades industriais associadas a essas bases primárias — características da economia do Paraná até o início da década de 40 — colocavam o Estado claramente com o perfil do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, faltando-lhe apenas a riqueza da Campanha gaúcha, e

diferenciando-se por ter um setor industrial menor e menos diversificado do que o gaúcho e o catarinense. A elevada participação de imigrantes europeus e seus descendentes, bem como a existência de uma ampla base de pequenas e médias propriedades agrícolas, geralmente decorrentes da presença das chamadas colônias de imigrantes europeus, tornava o perfil dos três estados do Sul ainda mais homogêneo.

A rápida expansão da cafeicultura e os grandes fluxos migratórios que dela decorreram mudaram esse quadro, reduzindo a importância e a magnitude das semelhanças. Com isso, o Paraná, nas suas regiões mais produtivas, mais ricas e mais povoadas, passou a se parecer mais com São Paulo do que com o Sul.

A imigração gaúcha, para o sudoeste e oeste do Estado, derrubando florestas e recriando uma agricultura de pequenos estabelecimentos, reproduziu, inicialmente com pequena participação na economia estadual, o modelo de economia de base agrícola então dominante no interior do Sul como um todo.

A crise da economia cafeeira, em meados dos anos 70, e as políticas de fomento à industrialização e de integração viária adotadas durante essa década criaram as condições que em seguida permitiram a expansão das culturas da soja e do trigo, com o que o modelo agrícola que já iniciara sua expansão no Rio Grande do Sul e no oeste catarinense penetra no Paraná. É a partir da expansão desse modelo pelo noroeste, norte e centro-sul do Estado que este como que retorna ao âmbito geoeconômico da Região Sul.

Tanto no que se refere aos dados demográficos quanto aos concernentes à participação relativa dos setores no PIB, por exemplo, os dados de 1980 já mostram o Paraná mais próximo às médias e às tendências da Região do que nos três recenseamentos anteriores (BANDEIRA, 1988, p.79-90).

Essa homogeneização permite afirmar que o processo de avanço qualitativo da indústria e da agricultura paranaenses ocorrido ao longo da década de 80, antes analisado, não foi muito diferente do que ocorreu no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina no mesmo período. A diferença está em que no Paraná o processo representou, como se viu, uma modificação do padrão de crescimento e de transformação predominantemente quantitativo da década anterior, enquanto nos outros dois estados o recurso às mudanças de cunho qualitativo se deu numa estrutura produtiva que já existia há muito tempo.

Essa nova homogeneidade da região é igualmente verdadeira, respeitadas as diferenças locais e microrregionais, para a análise das perspectivas futuras, seguindo o mesmo raciocínio aplicado sobre a análise das perspectivas do Paraná. Um exemplo disso é o rápido incremento das exportações para os países do MERCOSUL já citado e que ocorre com intensidade semelhante nos três estados. Mas essa homogeneidade regional reconstruída e nova pode ter ainda outro resultado significativo: o de possibilitar um leque maior de ações conjuntas dos três estados, em todos os campos, na defesa de seus interesses comuns, no que se refere à formulação e à execução de políticas nacionais.

Bibliografia

- BANDEIRA, Pedro Silveira (1988). **O Rio Grande do Sul e as tendências da distribuição geográfica do crescimento da economia brasileira, 1940-1980**. Porto Alegre: FEE.
- BRASIL. Secretaria de Comércio Exterior (1993). **Exportação brasileira por regiões e estados produtores**. Rio de Janeiro.
- IPARDES (1981). **O Paraná: economia e sociedade**. Curitiba.
- IPARDES (1982). **Paraná: desempenho macroeconômico - 1982**. Curitiba.
- IPARDES (1992). **Paraná: desempenho macroeconômico - 1992**. Curitiba.
- LEÃO, Igor Zanoni Constant Carneiro (1986). **O Paraná nos anos setenta**. Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia. (Dissertação de mestrado)
- LEÃO, Igor Zanoni Constant Carneiro (1991). Os anos 80 e o Paraná. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES, v.13, n.7-8, p.17-20, jul./ago.
- MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja Baptista (1982). **Economia paranaense: notas para análise**. Curitiba. (Trabalho elaborado para o grupo Diretrizes do PMDB)
- SOARES, Marley D., AZZOLINI, Renata N. (1992). Nota sobre os resultados preliminares do censo de 1991. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES, v.14, n.1-2, p.3, jan./fev.
- VOLACO, Gilson et al. (1991). Economia paranaense: desempenho recente e cenários de curto prazo. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES, v.13, n.4, p.1-9, abr.